SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

13/07/2015 - Instituto Telecom

Cade abre processo contra 15 empresas e 32 pessoas por cartel de TI em Brasília

Dez anos depois da primeira suspeita do Ministério da Educação, a investigação sobre formação de cartel de empresas de tecnologia da informação em licitações públicas voltou a andar no Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Depois de várias idas e vindas, a Justiça autorizou o uso de provas coletadas desde 2009. Assim, a investigação preliminar já virou inquérito e ensejou a abertura de processo administrativo contra 15 empresas e 32 pessoas.

Mais conhecido na capital pela alcunha de 'Operação Mainframe', porque envolveu o trabalho de busca e apreensão de provas dentro de empresas pela Polícia Federal, o processo movido agora pelo Cade é resultado de investigações que começaram em 2005. Na época o MEC suspeitou de uma licitação que previa um contrato de R$ 10 milhões, para a qual mais de 30 empresas se interessaram pelo edital, mas apenas duas compareceram efetivamente ao leilão. O MEC então acionou a Secretaria de Direito Econômico, que passou a investigar as suspeita de fraude levantadas pelo ministério e de formação de cartel de empresas de Brasília.

Ao todo, a apuração envolveu 25 empresas e 40 pessoas, das quais 15 pessoas jurídicas e 32 pessoas físicas seguem respondendo ao processo administrativo instaurado. Segundo o Cade, houve cartel em licitações públicas e privadas no mercado de prestação de serviços de TI em várias regiões do país, principalmente no Distrito Federal, pelo menos entre 2000 e 2009. O que começou com empresas de Brasília e um de seus sindicados envolveu multinacionais do porte de IBM e Oracle

"Ao investigar as alegações levantadas identificou uma reportagem do site especializado Convergência Digital com teor a suportar as suspeitas do MEC e dos outros órgãos públicos contactados", relata a Nota Técnica 54/2015, de 9/7, que sumariza a apuração. Em 2009, junto à Polícia Federal, deu-se a Operação Mainframe, ou seja, a apreensão de documentos e discos rígidos em parte das empresas investigadas – Poliedro, Politec, Policentro e CTIS, além do Sindicato das Empresas de Serviços de Informática do Distrito Federal (Sindesei).

A partir de então sucederam-se decisões judiciais que ao longo de todo esse período impediram à SDE e depois ao Cade o acesso ao material apreendido. No caminho, a Politec firmou com o Cade um Termo de Compromisso de Cessação de Prática – e deixou de recorrer de decisões judiciais sobre o caso, além de pagar multa de R$ 35 milhões como punição. Mas o vai e vem de liminares só terminou em 2014. "Após discussão judicial que suspendeu a análise da documentação apreendida, a Superintendência-Geral [do Cade] recebeu, no final do ano passado, autorização para voltar a analisar o material."

Cartel

Os documentos reforçaram as suspeitas. "Foram verificados indícios robustos de que as pessoas físicas e jurídicas ora representadas teriam celebrado ajustes com a finalidade de fixar preços, ajustar vantagens em licitações e dividir o mercado em questão. Além disso, verificou-se que elas teriam adotado diversos meios para implementar tal estratégia, assim como para monitorá-la. Além disso, há indícios de que tal suposto conluio também teria contado com a participação do Sindicato do mercado em questão, o Sindesei", diz o Cade.

Arquivamento

Na decisão tomada agora de instaurar um processo Administrativo, o Cade também decidiu arquivar as investigações contra as seguintes empresas e pessoas, devido à "insubsistência de indícios de infração à ordem econômica para ensejar a instauração de Processo Administrativo". Entretanto, embora liberados do processo, o Cade ressalta que "o presente arquivamento não prejudica eventual investigação futura, diante da existência de novos indícios de infração à ordem econômica a ensejar a continuidade da investigação. Arquivar neste momento é a medida de melhor racionalidade administrativa", explicou.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

13/07/2015 - Instituto Telecom

Telebras vai investir R$ 240 milhões em redes metropolitanas

A Telebras vai investir este ano R$ 240 milhões na construção de redes metropolitanas em 21 capitais. O dinheiro será usado também para a ampliação de seu backbone, atualmente com 25 mil km interligando todas as regiões brasileiras. A ampliação da rede de fibra óptica vai atender as redes de governo, provedores regionais e outros clientes da empresa.

O projeto de construção de redes metropolitanas começou em 2013, para instalação de infraestrutura nas 12 cidades que foram sedes da Copa do Mundo de 2014. Para viabilizar a construção, a Telebras tem feito parcerias com as prefeituras de várias capitais, como São Paulo, Porto Alegre, Curitiba.

Pelos acordos, a estatal fica autorizada a usar os dutos subterrâneos já existentes e utilizados por empresas municipais.

Em São Paulo, por exemplo, a Telebras celebrou recentemente um Termo de Cooperação Técnica com a Prefeitura Municipal, para passagem de 200 km de rede de fibra óptica pelos dutos subterrâneos controlados pela CET – Companhia de Engenharia de Tráfego. O projeto completo prevê passar 1 mil km de fibra pela cidade. A rede da Telebras será interligada à rede de telecomunicações da prefeitura para ampliar o atendimento ao Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) e às redes de governo.

Essa rede será utilizada também para prover serviços de internet banda larga nos diversos programas do município de São Paulo, como o WiFi Livre, que fornece acesso livre e gratuito em 120 praças e locais públicos da capital, além dos vários telecentros em funcionamento na cidade.

Na última quarta-feira, 8, o presidente da Telebras, Jorge Bittar, e o prefeito de Porto Alegre, José Fortunati, aproveitaram a realização do 16º Fórum Internacional de Software Livre e também assinaram um Termo de Cooperação Técnica que prevê a passagem de 8 km de fibra óptica nos dutos administrados pela Procempa – Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre.

Bittar lembra que o projeto das redes metropolitanas será estendido a mais 17 cidades em 2016, dentro dos requisitos de atendimento ao Decreto nº 8.135/2013, de fornecer rede segura de telecomunicações para os órgãos da administração federal.

A Telebras também está investindo forte na ampliação de suas estações de telecomunicações, que conta atualmente com 320 unidades. Está prevista a instalação de mais 97 estações este ano.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/07/2015 - Telesíntese

Dados pessoais: entidades se dividem sobre fiscalização

Consulta pública do Ministério da Justiça sobre o anteprojeto que deve regular o tratamento de dados pessoais termina com operadoras, empresas de TI e o consumidor em posições diferentes.

O Ministério da Justiça (MJ) encerrou no último domingo, 5, sua consulta pública para a elaboração da lei que deve definir direitos e garantias para o cidadão no tratamento de seus dados pessoais. A pasta recebeu mais de 1,4 mil contribuições para seu anteprojeto de lei (APL), entre material de operadoras de telecomunicações, organizações não governamentais, cidadãos e advogados.

Muitas das contribuições se detêm sobre a redação, outras, sugerem mudanças para adequar o texto a questões do universo digital. Boa parte dos comentários, porém, se debruçaram sobre a criação de um órgão fiscalizador, o quanto o texto pode impedir a inovação e a transferência dos dado para outros países.

O SindiTelebrasil, que representa as operadoras e concessionárias de telefonia no Brasil, aproveitou a consulta para sugerir que o texto para proteção dos dados pessoais seja similar ao Marco Civil da Internet, estabelecendo princípios, fundamentos e direitos dos cidadãos e empresas, sem entrar em detalhes operacionais. "Muito nos preocupa o excesso de detalhamento operacional que foi inserido no anteprojeto colocado em Consulta Pública. Em nosso entendimento esse excesso insere uma enorme burocracia no processo de gestão do tratamento dos dados pessoais e pode inviabilizar a oferta de uma grande quantidade de serviços", diz. A entidade pede que um texto mais brando, com regulamentação ex post.

A entidade defende a não criação de um órgão competente específico para fiscalizar e gerir o tratamento de dados pessoais no Brasil. Para isso, já há figuras no sistema jurídico, como o Ministério Público entre eles. Argumenta, ainda, que o novo órgão geraria despesas para as empresas, estabelecendo "novos procedimentos e exigências não estabelecidas por Lei, o que irá contribuir por aportar uma enorme carga burocrática ao processo, com todos os procedimentos, notificações, registros de caráter administrativo que acabarão por inviabilizar a oferta de inúmeros serviços".

Já a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom) defende a criação de um órgão fiscalizador. "Entre as principais vantagens de um modelo de autoridade federal independente para a proteção de dados pessoais está a consistência das interpretações, a especialização técnico-jurídica sobre o tema, a certeza regulatória e a independência necessária para atuar de modo eficaz e sopesar todos os direitos e interesses em jogo", afirma.

Outra entidade, a Proteste – Associação de Consumidores, também defende a criação de uma agência fiscalizadora focada apenas no tratamento de dados pessoais, seguindo o modelo praticado hoje na Espanha. A autoridade teria autonomia política e administrativa em relação ao governo federal. Mas discorda da Brasscom quanto à capacidade sancionatória. Enquanto a Proteste defende o poder de aplicar sanções, a Brasscom defende a não aplicação de multas a fim de evitar que o órgão adquiria um caráter arrecadatório.

Veja também a opinião das associações sobre o impacto na internet das coisas e para transferência dos dado para outros países.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/07/2015 - Carta Maior

O sucesso do Bolsa Família e do Pronatec

Há um negativismo na cobertura da mídia que acaba engolfando todo o país, criando a falsa percepção de que em se plantando, nada se dá.

Provavelmente se sonegará do seu leitor a divulgação do trabalho do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), analisando os efeitos do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) sobre o Bolsa Família.

O trabalho cruzou os 80 milhões de dados do Cadastro Único, os 50 milhões do Bolsa Família, os 60 milhões do RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), para acompanhar o desempenho geral do Pronatec e, em especial, dos alunos egressos de programas sociais.

A pesquisa desmente alguns mitos que acompanham tanto o BF quanto o Pronatec.

Mito 1 – Não haveria demanda de público pobre, por falta de vontade de melhorar de vida.

A pesquisa mostra que na formação inicial continuada, 33% dos alunos são do BF puro; 30% do cadastro único (atendidos por outros programas sociais), sem ser BF; e 37% são de não cadastro único.

Conseguiu-se esse feito organizando a oferta e a demanda.

O Pronatec estendeu seus cursos não apenas para setores técnicos, mas para o atendente, o garçon, o instalador de ar condicionado, o encanador, o azulejista, o gesseiro, o pintor, o conjunto de mão de obra que interfere também na produtividade da economia.

Com esse enfoque, saltou de 606 municípios em 2012 para 4.025 em 2014, fundamentalmente atendidos pelo Sistema S e institutos federais. As instituições privadas não chegam a 1% dos cursos.

Mito 2 – o de que aluno não valoriza cursos de graça e pobres não chegariam até o final do curso.

Os egressos do BF obtiveram taxa de conclusão de curso melhor que a média: 81,4% contra 79% da média geral, mesma média dos cursos pagos do Senai.

As taxas de aprovação também foram similares: 88,3% do BF contar 87,1% da média.

Mito 3 – o de que os cursos do Pronatec não tinham aderência com o que o mercado necessitava.

Montou-se um grupo de estudo com técnicos do MEC (Ministério da Educação), MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), batendo município por município as vagas ofertadas e as ofertas de curso. Entre 70 e 80% dos municípios havia grande aderência entre cursos e demanda.

Ao iniciar o curso, havia 361 mil pessoas empregadas; no final estavam em 627 mil. No caso do BF, 55 mil iniciaram o curso já empregados; formados, os empregados haviam saltado para 120 mil.

Mesmo promissores, os resultados são subavaliados em pelo menos três pontos:

Não captou o mercado informal.

Um eletricista formado pode trabalhar em uma empresa ou por conta própria. A pesquisa só levantou os números do mercado formal.

Não captou os que abandonaram prematuramente o curso por conseguirem emprego no meio do caminho.

Isso ocorreu na construção civil, em um momento de falta de mão de obra.

Os dados da RAIS são de dois anos atrás, portanto não captaram o que ocorreu no ano passado.

Agora, em parceria com o MDIC, o MDS está analisando os grandes investimentos em curso para começar a ofertar antecipadamente os cursos para vagas.

PS - Como previsto pela Ministra Tereza Campello, do MDS, nenhum veículo de mídia interessou-se pelo tema. Na véspera do anúncio do lançamento do trabalho, vários jornalistas foram procurados, mas disseram que a pauta não se encaixava na cobertura.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/07/2015 - Carta Maior

Ataques ao Mais Médicos ignoram efetividade da atenção primária

Médicos da família avaliam que interesses corporativos sustentam críticas ao programa. 'Temos o maior programa de interiorização da medicina do mundo.'

"Escravos, escravos, escravos!". Foi sob uma chuva de vaias, xingamentos e hostilização por parte de médicos brasileiros, que profissionais cubanos chegaram em Fortaleza (CE) em agosto de 2013 para integrar o Programa Mais Médicos. A cena, no entanto, não se limitou à capital cearense.

Entidades médicas, políticos conservadores e setores da imprensa encabeçaram a crítica ao Mais Médicos. Durante a implantação, o programa federal abriu vagas para que médicos estrangeiros atuassem no país somente após etapas de inscrição exclusiva para brasileiros. Em resposta às críticas, brasileiros também foram aos aeroportos para manifestar apoio à chegada dos médicos cubanos.

Entre os argumentos, os críticos diziam que os estrangeiros estariam tirando emprego de brasileiros e que bastaria melhorar a estrutura para fazer o atendimento chegar às áreas desassistidas. Apesar dos ataques e das tentativas de inviabilizá-lo, o programa completa hoje (8) dois anos e já é possível avaliar as alterações que ele provocou na estrutura de saúde do país.

"Hoje, o que a gente tem é o maior programa de interiorização da medicina do mundo. Temos 18.240 médicos em 4.058 municípios e em 34 distritos indígenas. Em muitas desses territórios não tínhamos a presença de médicos", afirma Renata Pacheco, médica e tutora do Mais Médicos.

Na ofensiva mais recente ao programa, os senadores Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Aloysio Nunes (PSDB-SP) apresentaram um projeto de decreto legislativo (PDS 33/2015) para sustar o acordo que viabilizou o ingresso de profissionais cubanos no Programa Mais Médicos. O ministro da Saúde, Arthur Chioro, classificou a proposta de "verdadeiro atentado" à saúde.

Atenção primária

Um dos principais argumentos dos profissionais e das entidades que se opõem ao programa é que aumentar o número de médicos não gera melhoras na saúde. Para os críticos, é preciso ter melhor estrutura nos hospitais e planos de carreira.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) e os conselhos regionais de Medicina (CRMs) lançaram um manifesto, no período eleitoral de 2014, indicando problemas na área da saúde e exigindo a não renovação do Mais Médicos. Mesmo com o programa em funcionamento há mais de um ano, as entidades o classificavam como um "instrumento de marketing com fins eleitoreiros".

Para Rodrigo Cariri, médico e tutor do Mais Médicos, a falta de estrutura e subfinanciamento de saúde são problemas que devem ser enfrentados, mas não se pode negar o impacto que o aumento do número de médicos causou.

"Em cidades de Pernambuco e do Piauí, conseguimos zerar a mortalidade infantil, com as condições que já existem. Então faz diferença, sim, ter médicos formados em atenção primária nas regiões mais afastadas", avaliou Cariri.

Renata lembra que trazer médicos estrangeiros é uma ação de curto prazo, pois o programa contempla também medidas como abertura de cursos de medicina e formação de mais profissionais da saúde voltados para a atenção primária. "Estamos montando uma estrutura que tem sustentabilidade. Existem ações de curto, médio e longo prazo. A população não podia esperar, então tínhamos que ter médicos para agora. O estudante de medicina leva seis anos para ser formado e tínhamos que resolver esse problema de acesso aos médicos no Brasil", defendeu.

A médica, que também é professora de medicina na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), avalia que a interiorização dos cursos é fundamental para garantir o atendimento de saúde em regiões historicamente desassistidas. "Abrimos um curso de medicina em Caruaru que está na segunda turma. Temos 160 alunos e recebemos anualmente pelo Enem [Exame Nacional do Ensino Médio] mais e mais estudantes. Temos também 15 médicos residentes. Essas ações não são tapa-buracos e o Mais Médicos não vai acabar quando os médicos dos outros países forem embora", destacou.

Papel das entidades

Na avaliação de Renata, as entidades médicas tiveram um papel muito importante na construção do Sistema Único de Saúde (SUS) e poderiam contribuir para a fiscalização e solução de problemas.

"Os problemas que existem de gestão, infraestrutura, poderiam ser acompanhados pelas entidades, se houvesse de fato o intuito de fiscalizar e contribuir construtivamente com o SUS. Não parece que esse é o sentido, na medida que há um ataque frontal ao programa, que tem falhas, mas também muitas questões positivas e que tem um ganho expressivo no acesso à saúde significativo", avaliou.

Quando o Mais Médicos foi anunciado em 2013, o Sindicato dos Médicos de Pernambuco (Simepe) abriu uma sindicância para cassar a licença dos médicos que desejavam ser tutores do Mais Médicos e fazer treinamentos aos estrangeiros, sob a alegação de que eles não agiam de acordo com os interesses da classe.

Rodrigo foi um dos médicos que sofreu essa sindicância, mas o processo foi arquivado, pois se constatou que não havia ilegalidades. Para ele, essas ações, além da oposição constante das entidades médicas, revelou o caráter e os interesses dessas organizações.

"Foi interessante para a sociedade brasileira conhecer o que motiva o movimento médico, que diz existir para proteger o povo e o exercício legal da medicina contra o abuso do poder econômico, mas na verdade é um movimento aliançado com o capital, que não tem compromisso com saúde e está ligado à iniciativa privada e aos planos de saúde", avaliou.

Direito à saúde

Para Renata Pacheco, além de levar profissionais às áreas que nunca tiveram atenção médica e de formar novos profissionais, voltados principalmente à atenção primária, o Mais Médicos começa a mudar a forma com que a sociedade se relaciona com o direito à saúde.

"Ainda num processo civilizatório de construir a noção para as pessoas que saúde é um direito, não uma mercadoria. Garantir para pessoas que nunca tiveram acesso à saúde uma equipe de médicos, isso por si só é bastante transformador", diz Renata.

Pesquisa feita pelo Ministério da Saúde em parceria com o Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE) apontou que as unidades básicas de saúde foram consideradas a primeira opção na busca de atendimento por 47,9% da população e mais da metade dos lares do país já são cadastrados na estratégia de Saúde da Família.

"A gente fez uma forte aposta simbólica para enfrentar a força do capital na saúde. Há médicos que faturam mais que microempresas. Essa representação simbólica de que o médico é um trabalhador bem-sucedido, que é muitas vezes o motivo da procura grande [pela profissão], deve ser alterada no ensino e no trabalho", aponta Rodrigo.

A reportagem procurou o Conselho Federal de Medicina, mas não houve retorno até a publicação.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/07/2015 - Carta Maior

Líderes do Brics oficializam criação de banco voltado ao desenvolvimento

Com capital inicial de US$ 50 bilhões, instituição espera reduzir o domínio do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial sobre o sistema financeiro

Líderes de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Brics) assinaram hoje (9) em Ufa, na Rússia, o memorando de criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), ou Banco do Brics, que terá sede em Xangai, na China, com capital inicial de US$ 50 bilhões. A expectativa é que a instituição financeira comece a operar a partir do próximo ano, financiando projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável para os países do bloco e, posteriormente, para outros países em desenvolvimento que apresentarem interesse.

O presidente russo, Vladimir Putin, fez um discurso em nome dos líderes presentes. Ele afirmou que durante a sétima cúpula, que começou ontem (8), a situação da economia global foi discutida em detalhes. "Estamos preocupados com a instabilidade dos mercados, com a alta volatilidade do preço do petróleo e das commodities, com o acúmulo da dívida soberana de uma série de grandes países. Todos esses desequilíbrios estruturais causam impacto direto na dinâmica de crescimento de nossas economias. Nessas condições, os países do Brics pretendem usar ativamente seus próprios recursos para o desenvolvimento interno," disse.

Putin também falou sobre o Tratado do Arranjo Contingente de Reservas (CRA, na sigla em inglês), no valor de US$ 100 bilhões. "Uma das nossas mais importantes conquistas é o lançamento do Arranjo Contingente de Reservas, que nos dará a oportunidade de reagir a movimentos dos mercados financeiros de maneira ágil e adequada." Do total de recursos do CRA, US$ 41 bilhões virão da China. O Brasil, a Rússia e a Índia contribuirão com US$ 18 bilhões cada e a África do Sul aportará US$ 5 bilhões.

A presidenta Dilma Rousseff citou a nova agenda do Desenvolvimento Sustentável (ODS) pós-2015, da Organização das Nações Unidas (ONU), e destacou que as iniciativas lançadas pelo Brics contribuirão de modo construtivo para o novo momento das relações internacionais, mais focado no desenvolvimento sustentável.

Mais cedo, durante encontro com o Conselho Empresarial do Brics, ela enfatizou a importância do bloco – formado pelo Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul – no cenário mundial. "Os países do Brics foram responsáveis por 40% do crescimento mundial e pela intensificação dos fluxos econômicos entre os países."

Dilma observou que, até 2020, os países em desenvolvimento precisarão de um volume de investimento em infraestrutura superior a US$ 1 trilhão por ano. "Atingir essa cifra não será tarefa simples. O investimento externo mundial caiu quase 50% nos últimos cinco anos. É nesse cenário que o novo banco de desenvolvimento terá um papel importante na intermediação de recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em nossos países e, posteriormente, em outros países em desenvolvimento".

A presidenta acrescentou que desde a última cúpula do Brics, em Fortaleza, no ano passado, todos os acordos para a criação do banco do Brics e do Arranjo Contingente de Reservas foram ratificados. Ela informou que relatório do Conselho Empresarial do Brics trouxe mais de 40 projetos de interesse dos países-membros em áreas como indústria, energia, transporte, logística e tecnologia da informação. "É um acervo importante de iniciativas que serão analisadas com toda a seriedade por nossos governos e que contarão com o apoio do Novo Banco de Desenvolvimento."

O NBD será presidido pelo banqueiro indiano K. V. Kamath, tendo como vice o economista brasileiro Paulo Nogueira Batista Junior. Com o banco, os países-membros do Brics esperam reduzir o domínio do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial sobre o sistema financeiro global e criar espaço para outras moedas, além do dólar americano, no comércio internacional.

Durante a cúpula, Dilma também participou de encontros bilaterais com os demais chefes de governo dos países-membros do bloco, além de reuniões com líderes de outros países convidados.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

12/07/2015 - Vermelho

Após o ECA, país reduz mortalidade infantil em 24%

Após a sanção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), há 25 anos, o Brasil conseguiu reduzir em 24% as mortes de crianças antes de 1 ano de idade. Levantamento feito pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com base em dados do Ministério da Saúde, mostra que a taxa passou de 50 para cada mil crianças nascidas vivas, no final da década de 1990, para 12 atualmente.

O número se aproxima do previsto pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que são 10 mortes para cada mil nascimentos.

"No tema mortalidade infantil, o Brasil fez um grande avanço e o [ECA] salvou a vida de muitas crianças, garantindo seu desenvolvimento", afirmou à Agência Brasil o coordenador do Programa Cidadania dos Adolescentes do Unicef, Mário Volpi.

A redução da mortalidade infantil, segundo o coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos em São Paulo, o advogado Ariel de Castro, deve-se às previsões do estatuto, que tratam do direito à saúde, do atendimento à gestante, da prioridade que deve ser dada à saúde da criança, ao pré-natal e aos cuidados no pós-parto.

"Trata também da prioridade que a rede de saúde tem que dar na assistência maternoinfantil, isso foi aprimorado pelo estatuto. A partir de programas como o Saúde da Família, do reforço da pediatria nos hospitais e unidades básicas de saúde conseguimos melhorar os índices, bem como as políticas de saneamento básico", explicou Alves.

Já na educação, conforme dados do Ministério da Educação (MEC), mais de 98% das crianças estão matriculadas no ensino fundamental e 85% dos adolescentes têm acesso ao ensino médio. "Esse aumento quantitativo se deu exatamente em razão da atuação dos conselhos tutelares, criados pelo estatuto, das entidades da sociedade civil, que exigiram as vagas com base no que prevê o ECA quanto ao dever do Estado de garantir a educação para essa parcela da população", disse Ariel Alves.

Para o promotor de Justiça e de Defesa da Infância e da Juventude do Distrito Federal Anderson Pereira de Andrade, outra conquista do ECA foi o aperfeiçoamento do sistema nacional de adoção. Segundo ele, as regras estabelecias pelo estatuto melhoram a preparação das famílias interessadas na adoção, além de acelerar o processo.

"Antigamente, as pessoas tinham ideia de que adoção era para dar uma criança à família que não tem. O ECA veio dizer que não. Veio dizer que a adoção existe para dar à criança uma família que ela não tem. Então o foco do interesse mudou. O interesse deixou de ser da família para ser da criança", explicou o promotor que atua na área cível há 30 anos.

A partir do ECA, acrescentou Andrade, foi criado o Cadastro Nacional de Adoção em sintonia com os cadastros dos estados. "Hoje as famílias interessadas podem consultar, regional ou nacionalmente, se tem uma criança que pode ser adotada dentro do perfil desejado. Esse cadastro nacional de adoção, que é domiciliado no CNJ [Conselho Nacional de Justiça], também é uma ferramenta muito importante de defesa do direito da criança e do adolescente."